

Crenças linguísticas dos falantes escolarizados de Fortaleza

Pedro MENDES LEÃO¹

RESUMO: Este artigo apresenta uma pesquisa a respeito de crenças linguísticas feita com falantes escolarizados de Fortaleza, bem como uma apresentação teórica prévia do assunto, a partir de estudos da Sociolinguística. Foram entrevistadas seis pessoas e feitas dez perguntas a cada uma. As perguntas enfocam questões como o falar das diferentes classes sócioeconômicas, o falar regional de Fortaleza e as diferenças nos modos de falar que os falantes percebem. Os resultados, ainda que iniciais, devido a pouca quantidade de entrevistados, mostram que muitas crenças a respeito da língua estão presentes no pensamento das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Crenças. Escolarizados. Sociolinguística.

ABSTRACT: This article presents a survey of beliefs about the language made with educated speakers in Fortaleza and a previous theoretical presentation of the subject, from studies of Sociolinguistics. Six people were interviewed, and there were ten questions to each. The questions are made about themes like the speaking of the different socioeconomic classes, the regional speaking of Fortaleza, the difference between the ways of speaking that the speakers perceive. The results, though early, due to the reduced number of respondents, show that many beliefs about language are present in people's thinking.

KEYWORDS: Beliefs. Educated. Sociolinguistics.

Introdução

O ensino da língua portuguesa nas escolas privilegia a variedade padrão, culta, presente, por exemplo, nos clássicos da literatura, deixando em segundo plano - ou até mesmo deixando de fora - a reflexão a respeito das outras variedades do idioma. O ensino prescritivo gera crenças nos falantes a respeito do português, da fala e da escrita da língua. Bagno (2010), afirma que as pessoas mais escolarizadas, além de ter acesso ao aprendizado formal, tiveram também acesso a diversos mitos a respeito da língua.

Neste contexto, o presente trabalho, que foi desenvolvido inicialmente na disciplina Tópicos em Variação Morfossintática no curso de Letras da Universidade Federal do Ceará, no período de 2010.2, tomando como base uma pesquisa semelhante feita em Juiz de Fora (MG) por Roncarati e Cyranka (2008), tem o objetivo de investigar e conhecer esses mitos que existem entre os cidadãos mais escolarizados a respeito do idioma. Inicialmente, é apresentada uma breve revisão

¹ Graduando da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE. Correio eletrônico: pedromendesleao@hotmail.com

teórica a respeito do assunto, mostrando o que são as crenças e qual a origem delas.

Foram entrevistadas seis pessoas agrupadas da seguinte maneira: duas alunas de ensino médio de escola particular, uma graduanda em letras, um graduando em música, um professor de matemática e uma professora de português. Foram feitas dez perguntas a cada entrevistado.

Os resultados, ainda que iniciais, devido a pouca quantidade de entrevistados, demonstraram algumas crenças existentes, como a de que o falar das classes economicamente superiores seria o único correto. Observou-se também que nas estudantes entrevistadas de ensino médio existe a crença forte de que expressar-se bem na língua significa necessariamente falar de acordo com a gramática normativa. O mesmo pensamento é visto no professor de matemática, enquanto a de português relativiza o "expressar-se bem". Este estudo demonstrou que, embora novas crenças acerca das variedades linguísticas já existam, ainda é muito viva a ideia de que expressar-se bem na língua significa falar de acordo com a gramática normativa.

Revisão da Literatura

Este trabalho trata do tema das crenças linguísticas. Segundo Bagno (2010, p.19), as pessoas mais escolarizadas aprenderam também "diversos mitos sobre a língua, superstições linguísticas que circulam na cultura ocidental há muitos séculos". As línguas não são conjuntos homogêneos. Ao contrário, elas variam. Ao dizermos a palavra "português", por exemplo, não nos referimos a um conjunto unitário de signos, utilizado igualmente por todos os seus falantes, mas sim a "um conjunto de inúmeras variedades reconhecidas histórica, política e culturalmente como manifestações de uma mesma língua por seus falantes" (FARACO, 2008, p.34). "A variação é um fenômeno inerente à língua, porque a sociedade em que ela é falada é heterogênea" (FIORIN, 2009, p.13).

Essas variações presentes nas línguas são contempladas pelo conceito de norma, elaborado por Eugenio Coseriu na década de 1950.

Este estudioso observou que a dicotomia *langue/parole*, de Ferdinand de Saussure, não abrange o fenômeno da variação. A *langue* é vista, por Saussure, como uma entidade uniforme e imutável, um sistema comum a todos os falantes, enquanto *parole* seria o uso particular que o falante faz da *langue*, que varia de indivíduo para indivíduo. No entanto, é sabido que existem certas variações das línguas que são coletivas, restritas a certos grupos menores dentro da comunidade linguística maior, e acima do nível individual. A essas variedades Coseriu chamou normas.

De acordo com Faraco (2008, p.37), norma é “determinado conjunto de fenômenos linguísticos [...] que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala”. Portanto, norma trata-se do que é utilizado num determinado grupo, habitualmente. O mesmo autor explica que todas as normas são dotadas de organização, logicidade. Não há norma sem gramática.

As crenças linguísticas surgem da má interpretação do que seria norma. Muitos falantes escolarizados acreditam que as pessoas não escolarizadas, pouco favorecidas economicamente, falam “errado”, “sem gramática”. Na realidade, o português falado por esse grupo social constitui uma norma e é, assim como todas as outras variedades, dotado de gramática. Essa concepção errônea, comum ao pensamento de muitos, deriva da ideia de que gramática seria apenas aquilo que está contemplado no conjunto de prescrições chamado mais adequadamente pelos lingüistas de gramática normativa ou gramática tradicional.

Como todas as normas possuem gramática, sendo igualmente lógicas e corretas, não se pode atribuir a determinados usos de uma norma o caráter de erro, com base no uso de outra norma. O que é habitual numa norma não vai ser aplicável a todas as outras.

Existem vários tipos de normas. De acordo com Beline (2010), as normas podem ser classificadas de acordo com o tipo de variação que as constitui. Há a variação diatópica (referente ao lugar em que ocorrem, como a norma carioca, ou a norma fortalezense). “As separações geográficas dos povos implicam que comunidades distintas sofrem influência de condições materiais – por exemplo, clima e modos

de vida – diversos, o que acarreta diversificações linguísticas [...]” (FIORIN, 2009, p.9). Também existe a variação diafásica (referente à situação de fala ou escrita, como formal ou informal) e a diatrásica (referente ao nível socioeconômico do falante). Neste último tipo de variação, está situado o conceito de norma culta.

A norma culta trata-se dos usos prescritos pela gramática normativa, e utilizados à risca em situações extremamente formais, mostrando o poder político e econômico de quem a domina. Ela seria, em tese, utilizada pelos falantes mais escolarizados. Porém, como ficou constatado pelo projeto NURC (Norma Linguística Urbana Culta) (PRETI, 1997, apud FARACO, 2008, p.48), o falar dos cidadãos classificados como “cultos” pouco se diferencia da linguagem urbana comum. Ou seja, nem mesmo a camada mais economicamente favorecida da sociedade, e que tem maior grau de escolaridade, utiliza à risca os preceitos da norma culta.

A gramática normativa classifica como erro construções plenamente utilizadas pelos falantes do português, até mesmo entre as pessoas mais escolarizadas. Ela, “principalmente por apresentar uma visão preconceituosa do uso da linguagem, [...] não fornece ao estudioso da linguagem uma teoria adequada para descrever o funcionamento gramatical das línguas” (MARTELOTTA, 2008, p.45). Para Almeida (2009, p.485), “vícios de linguagem são desvios das normas gramaticais do idioma, ou seja, o desrespeito às regras da língua padrão em virtude de desconhecimento ou má assimilação dessas regras por parte de quem fala ou escreve”. Por esse ponto de vista, prescritivo, seriam erradas construções como “Te farei uma surpresa”, plenamente em uso. Esse exemplo seria substituído por “Far-te-ei uma surpresa”, considerado o único correto pela tradição. Outros usos como “pobrema” (em vez de “problema”) e “magérrimo” (em vez de “macérrimo”) também são condenados pelos puristas e citados por este autor. Como é possível perceber, certos usos prescritos pela gramática normativa não correspondem ao uso dos falantes e alguns são desconhecidos até mesmo dos usuários escolarizados, ditos “cultos”, da língua (caso da palavra “macérrimo”, completamente fora de uso).

A gramática normativa prescreve regras e classifica como

“erro” tudo aquilo que ela não contempla. Mas existe outra gramática, a descritiva, que os linguistas estudam e que trata da descrição da língua, daquilo que está em uso. Não é, portanto, o que deve ser utilizado, mas sim o que é, efetivamente, empregado. Para Madeira (2005), “erro” aplica-se somente a formas ou estruturas estranhas a um idioma, que não estão presentes no funcionamento das muitas variedades de uma língua. Um exemplo de sentença ausente no uso da língua portuguesa, e que, portanto, é chamada de “agramatical”, é: “*Menino o fez uma boa prova”. Como na nossa língua o artigo deve preceder o substantivo, qualquer frase formulada de maneira oposta é errada, pois nenhuma das normas da língua contempla tal uso.

Nenhuma norma tem cientificamente maior valor ou importância do que as outras. No entanto, Faraco (2008) observa que há uma hierarquização social das normas, feita a partir de critérios socioculturais e políticos. Esses critérios levam a norma culta a ser considerada a única correta, enquanto as outras normas são julgadas como inferiores, incorretas. Cientificamente, tal concepção não se sustenta. Considerar uma norma melhor do que as outras é “fonte de vários prejuízos e preconceitos linguísticos que afetam o conjunto da sociedade, mas, em especial, os falantes de normas que são particularmente estigmatizadas pelos falantes da norma culta” (FARACO, 2008, p.57).

Metodologia

A fim de identificar as crenças dos falantes escolarizados a respeito da língua, foram entrevistadas seis pessoas, escolarizadas e residentes em Fortaleza, das quais: um graduando em letras, uma graduanda em música, um professor de matemática, uma professora de português e duas alunas de ensino médio de escola particular. A transcrição das perguntas foi feita respeitando a linguagem falada dos entrevistados, como pode ser observado na manutenção do coloquialismo “tá” (em vez de “está”). As perguntas feitas foram as seguintes:

- (1) Você acha que o falar de pessoas mais favorecidas economicamente é mais correto que o de classes menos favorecidas? Por quê?

- (2) Você acha que a escrita é mais correta que a fala?
- (3) Você percebe que existem diferenças nas formas de falar? Quais? Você poderia citar alguma?
- (4) O jeito de falar de Fortaleza é bonito?
- (5) Você concorda que as pessoas de baixa escolaridade falam errado? Por quê?
- (6) Você concorda que para escrever bem basta ter conhecimento das regras gramaticais?
- (7) Você acha que se expressa bem na língua portuguesa? Por quê?
- (8) Você se sente constrangido quando alguém corrige sua fala? Por quê?
- (9) Você acha que o professor de português deve falar conforme a gramática normativa?
- (10) Você fala do mesmo jeito em todas as situações comunicativas? Por quê?

Resultados

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Graduando em música	NÃO	NÃO	SIM	NÃO RESPONDEU	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Graduanda em letras	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NEUTRA	SIM	NÃO
Professor de matemática	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO
Professora de português	NÃO	NÃO	SIM	NEUTRA	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Aluna 1	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Aluna 2	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO

- (1) Graduando em Música: Não, porque, numa primeira visão, seria para a comunicação, correto? A linguagem é para a comunicação, então não existe um mais certo ou mais

errado na comunicação falada.

Graduanda em Letras: Acredito que sim, pois, por conhecerem as regras da gramática normativa, os falantes de classes mais favorecidas economicamente falam mais correto.

Professor de Matemática: Sim. Apesar de que cada um é reflexo do meio em que vive.

Professora de Português: Não, a principal função da fala humana é estabelecer comunicação. Se a comunicação se efetivar, e isso depende do contexto, o falar das pessoas de classes menos favorecidas é tão bom quanto qualquer outro.

Aluna 1: Sim, porque as pessoas com mais condições econômicas podem estudar mais.

Aluna 2: Gramaticalmente é, mas a língua é uma coisa viva, que tá lá para as pessoas se expressarem.

(2) Graduando em Música: Não.

Graduanda em Letras: Sim.

Professor de Matemática: Sim.

Professora de Português: Não.

Aluna 1: Sim.

Aluna 2: Sim.

(3) Graduando em Música: Com certeza, sotaques, o chiado dos cariocas, que não tem em outras regiões.

Graduanda em Letras: Sim, o falar com amigos, o falar com professores, o falar com autoridades, etc.

Professor de Matemática: Sim. Existem pessoas que falam gírias, outras não.

Professora de Português: Há formas diferentes de falar: trata-se, principalmente, da variação regional. Cada região (ou Estado) tem seu léxico particular. Por exemplo: tangerina (CE) / mexerica (RN), pão francês (CE) / pão bengala (RJ)

Aluna 1: Sim. Regionalismo.

Aluna 2: Sim. Você não vai falar com seu professor como quem fala com sua amiga.

- (4) Graduando em Música: Essa pergunta, prefiro não responder.

Graduanda em Letras: Sinceramente não, pois todo sotaque carregado eu acho feio.

Professor de Matemática: Sim.

Professora de Português: Para mim, não é bonito nem feio. É, simplesmente, o jeito de falar do fortalezense e deve ser, como os outros falares, respeitado.

Aluna 1: Sim.

Aluna 2: Não é o mais bonito, mas tem mais feios, então estou acostumada.

- (5) Graduando em Música: Não, depende do ponto de vista, porque se ela falar e der para a pessoa entender, então já não está errado.

Graduanda em Letras: Sim, pois como já falei na primeira questão, elas não conhecem as regras da G.N. (isso em relação ao português padrão).

Professor de Matemática: Sim. É obrigação de todos falarem e escrever bem a língua de seu país.

Professora de Português: Se considerarmos a norma culta

formal, sim. Se considerarmos a função comunicativa, não.

Aluna 1: Sim, porque eles não estudam muito, e a família influencia. Varia de pessoa para pessoa.

Aluna 2: Sim, porque elas estudam menos.

(6) Graduando em Música: Não.

Graduanda em Letras: Não.

Professor de Matemática: Não.

Professora de Português: Não.

Aluna 1: Não.

Aluna 2: Não.

(7) Graduando em Música: Acho que nem tanto, porque eu tenho um problema de dicção e há palavras que eu não conheço.

Graduanda em Letras: Acho que sim, pois tive acesso a G.N. e conheço as suas regras (isso em relação ao falar culto), mas com relação ao falar não-culto acho que todos os falantes se expressam bem, pois o importante é se fazer entender.

Professor de Matemática: Sim, procuro falar de acordo da gramática.

Professora de Português: Sim, procuro falar claramente e adequar a linguagem às pessoas a que me dirijo.

Aluna 1: Não, porque português não é uma das minhas matérias preferidas.

Aluna 2: Sim, porque quando você precisa você se expressa da melhor forma possível, mas nem todo aluno

tem paciência para o português, são quinze exceções para cada regra!

- (8) Graduando em Música: Não, porque é de forma construtiva para mim, no caso. Com o erro eu vou aprender e nunca vou voltar a cometer de novo.

Graduanda em Letras: Acho que depende de quem corrige a minha fala e de como essa pessoa corrige a minha fala.

Professor de Matemática: Sim. Aconteceu uma vez com a palavra cor-de-rosa e disseram que era róseo.

Professora de Português: Não. Na verdade, faz tempo que isso não ocorre. Sinto-me constrangida ao corrigir alguém.

Aluna 1: Não, porque se está me corrigindo é porque quer que eu fale direito, é para o meu bem.

Aluna 2: Não, porque eu tenho a mesma péssima mania, então não posso reclamar.

- (9) Graduando em Música: Em sala sim, porque em sala o que prevalece é a lei gramatical.

Graduanda em Letras: Acredito que sim, pois a situação comunicativa pede isso.

Professor de Matemática: Sim. Já que ela faz parte do que ele irá ensinar.

Professora de Português: Sim. Pelo menos minimamente. Ainda que utilize a linguagem informal, deve evitar os abusos.

Aluna 1: Não, eu acho que ele tem que falar de um jeito que o aluno entenda. Se ele falar muito difícil, o aluno vai ficar voando.

Aluna 2: Não. Ninguém fala que nem a gramática certa.

(10) Graduando em Música: Não, lógico que não. Porque a sociedade pregou vários paradigmas, estereótipos, que em certos locais não é correto falar de certa maneira. Tem que ser algo mais formal. Eu acho isso uma besteira, mas tudo bem.

Graduanda em Letras: Não, depende da situação comunicativa, pois quando estou com meus amigos falo de uma maneira (português não-padrão) e quando estou apresentando um seminário falo de outro jeito (português padrão).

Professor de Matemática: Não. Porque não se fala em uma sala do júri como se fala em um barzinho.

Professora de Português: Não. Porque é preciso haver um ajuste entre linguagem e contexto / situação comunicativa.

Aluna 1: Não, porque é diferente falar com um professor e um amigo.

Aluna 2: Não, porque não se fala da mesma forma com todas as pessoas.

Conclusão

Os dados mostram que as crenças estão presentes até mesmo entre estudantes de letras, que vêm linguística no curso e que, portanto, recebem formação para entender língua e gramática como algo que vai além dos preceitos da gramática normativa. Apesar disso, foi observado na graduanda em letras o aparecimento de crenças, enquanto o graduando em música mostrou-se familiarizado com a noção de que o falar das classes menos favorecidas economicamente não é errado.

A professora de português, ao contrário do professor de matemática, não considera a escrita mais correta que a fala. Ao responder a pergunta a respeito do “expressar-se bem”, ela explica que

expressar-se bem, para ela, é adequar a linguagem às pessoas a quem ela se dirige. Já o professor de matemática acredita que expressar-se bem é falar de acordo com a gramática normativa, uma crença presente na população escolarizada.

É perceptível que a escola passa a ideia de que gramática é apenas o que é prescrito pela gramática normativa, como se os dialetos que fogem dela fossem ilógicos ou sem gramática. As alunas de ensino médio acreditam que expressar-se bem é falar de acordo com os preceitos normativos, e que os dialetos que apresentam desvios em relação a essa norma sejam incorretos.

Para modificar essas crenças e trazer uma visão mais científica da linguagem, é importante que as escolas valorizem o ensino da cultura oral e mostrem a seus alunos que as regras da gramática normativa são importantes para algumas situações, mas que elas consistem em uma das muitas normas do idioma, não sendo superior nem inferior às outras.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Nílson Teixeira de. Gramática da Língua Portuguesa para concursos, vestibulares, ENEM, colégios técnicos e militares. 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BAGNO, Marcos. Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- BELINE, Ronald. Introdução à Linguística, volume 1. 6ª Ed. SP, 2010.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.
- FIORIN, José Luiz Linguagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem. UFSCAR, v.4, dez. 2008/jan. 2009.
- MADEIRA, Fabio. Linguagem & Ensino. Pelotas, v.8, n.2, p. 17-38, jul./dez. 2005.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de Gramática. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo ET alii. (Org.). Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008. p.43-70.
- PRETI, Dino (ORG). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (ORGS). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Niterói: Eduff, 2008.